

## Legislações Federais Mulheres

Você quer conhecer as legislações federais que abordam os direitos da mulher? Aqui você irá encontrar, em ordem cronológica de publicação, as legislações federais que tratam de temas diversos sobre mulheres - violência, discriminação, crimes cibernéticos, direitos civis, trabalhistas, políticos e previdenciários. Para acessar basta clicar no link. Boa leitura!

ANO	LEI	LINK	TEMA	EMENTA
1967	Decreto Lei 229/67	<a href="https://bit.ly/2YbJjHa">https://bit.ly/2YbJjHa</a>	Trabalho	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências
1974	6136/74	<a href="https://bit.ly/2Yevisi">https://bit.ly/2Yevisi</a>	Trabalho	Inclui o salário-maternidade entre as prestações da Previdência Social
1976	6332/76	<a href="https://bit.ly/3ehbMkv">https://bit.ly/3ehbMkv</a>	Trabalho	Autoriza reajustamento adicional de benefícios previdenciários, nos casos que especifica, altera tetos de contribuição e dá nova redação a dispositivos da Lei nº 6.136, de 7 de novembro de 1974, que "inclui o salário-maternidade entre as prestações da Previdência Social"
1984	7209/84	<a href="https://bit.ly/2UUQfGC">https://bit.ly/2UUQfGC</a>	Mulheres encarceradas	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 -

				Código Penal, e dá outras providências
1984	7210/84	<a href="https://bit.ly/3fFEyvB">https://bit.ly/3fFEyvB</a>	Mulheres encarceradas	Institui a Lei de Execução Penal
1987	Decreto nº 95247/87	<a href="https://bit.ly/2BFZXpt">https://bit.ly/2BFZXpt</a>	Trabalho	Regulamenta a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que institui o Vale-Transporte, com a alteração da Lei nº 7.619, de 30 de setembro de 1987.
1988	Constituição Federal de 1988 (Parágrafo Único, Artigo 7º)	<a href="https://bit.ly/2N96OdF">https://bit.ly/2N96OdF</a>	Trabalho doméstico	Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social.
1988	Constituição Federal, Art. 201, V	<a href="https://bit.ly/2N96OdF">https://bit.ly/2N96OdF</a>	Previdência social	"Pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes,

				observado o disposto no § 2º"
1988	Constituição Federal, Art. 226 §5º	<a href="https://bit.ly/2N96OdF">https://bit.ly/2N96OdF</a>	Direitos civis	"Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher."
1988	Constituição federal, Art. 7º, XVIII	<a href="https://bit.ly/2N96OdF">https://bit.ly/2N96OdF</a>	Direitos trabalhistas	"Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias"
1988	Constituição Federal, Art. 226 §8º	<a href="https://bit.ly/2N96OdF">https://bit.ly/2N96OdF</a>	Violência	"Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado"
1988	Constituição Federal, Art. 5º, I	<a href="https://bit.ly/2N96OdF">https://bit.ly/2N96OdF</a>	Direitos Civis	"Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:  I - homens e mulheres são iguais em direitos e

				obrigações, nos termos desta Constituição"
1988	Constituição federal, Art. 226 §4º	<a href="https://bit.ly/2N96OdF">https://bit.ly/2N96OdF</a>	Direitos civis	Entende-se como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes
1988	Constituição Federal, Art 5, XLVIII	<a href="https://bit.ly/2N96OdF">https://bit.ly/2N96OdF</a>	Mulheres encarceradas	"a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado"
1988	Constituição Federal, Art 227	<a href="https://bit.ly/2N96OdF">https://bit.ly/2N96OdF</a>	Mulheres encarceradas	"É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão"
1988	Constituição Federal Art. 5, L	<a href="https://bit.ly/2N96OdF">https://bit.ly/2N96OdF</a>	Mulheres encarceradas	"às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos

				durante o período de amamentação"
1988	Constituição Federal, Art. 226 §7º,	<a href="https://bit.ly/2N96OdF">https://bit.ly/2N96OdF</a>	Planejamento familiar	"§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas"
1988	Constituição Federal, Art. 7º, XXX	<a href="https://bit.ly/2N96OdF">https://bit.ly/2N96OdF</a>	Trabalho	"Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil"
1989	7716/89	<a href="https://bit.ly/2B9iB9x">https://bit.ly/2B9iB9x</a>	Mulher negra	Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.
1990	8069/90	<a href="https://bit.ly.com/RSuGw">https://bit.ly.com/RSuGw</a>	Criança e adolescente	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

1990	8069/90	<a href="https://bitly.com/RSuGw">https://bitly.com/RSuGw</a>	Mulheres encarceradas	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
1992	Decreto nº 678/92	<a href="https://bit.ly/2NoaYyj">https://bit.ly/2NoaYyj</a>	Direitos Humanos	Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969
				Art. 1o O art. 1o da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:
1994	8930/94	<a href="https://bit.ly/3fQkczG">https://bit.ly/3fQkczG</a>	Violência sexual	Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados: V - estupro (art. 213 e sua combinação com o art. 223, caput e parágrafo único)
1994	Resolução CNPCP nº 14, de 11 de novembro de 1994	<a href="https://bit.ly/3ewf0AT">https://bit.ly/3ewf0AT</a>	Mulheres encarceradas	Regras Mínimas para o Tratamento do Preso.
1995	9096/95	<a href="https://bit.ly/2zXiw8a">https://bit.ly/2zXiw8a</a>	Mulheres na política	Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.

1996	9318/96	<a href="https://bit.ly/3fSRGgL">https://bit.ly/3fSRGgL</a>	Violência	Altera a alínea h do inciso II do art. 61 do Código Penal. Art. 61 - São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime: "contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida"
1996	Decreto nº 1973/96	<a href="https://bit.ly/2Nsj0WY">https://bit.ly/2Nsj0WY</a>	Violência	Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994.
1996	9263/96	<a href="https://bit.ly/2VcbJyS">https://bit.ly/2VcbJyS</a>	Planejamento familiar	"§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas"
1997	9460/97	<a href="https://bit.ly/3hQwzxs">https://bit.ly/3hQwzxs</a>	Mulheres encarceradas	

				Altera o art. 82 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal
1997	9474/97	<a href="https://bit.ly/3fUGwIE">https://bit.ly/3fUGwIE</a>	Mulheres imigrantes	Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências
1999	Decreto nº 3048/99	<a href="https://bit.ly/2B9hLcT">https://bit.ly/2B9hLcT</a>	Salário maternidade	Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.
1999	9876/99	<a href="https://bit.ly/2VeXdqc">https://bit.ly/2VeXdqc</a>	Salário maternidade	Dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício, altera dispositivos das Leis nos 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.
1999	9799/99	<a href="https://bit.ly/381iHMj">https://bit.ly/381iHMj</a>	Trabalho	Insera na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho e dá outras providências.
2001	10208/01	<a href="https://bit.ly/2Z43ypE">https://bit.ly/2Z43ypE</a>	Trabalho doméstico	Acresce dispositivos à Lei no 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, para



				<p>facultar o acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e ao seguro-desemprego.</p>
2001	10224/01	<a href="https://bit.ly/3fUwUgR">https://bit.ly/3fUwUgR</a>	Violência sexual	<p>Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências.</p>
2002	Decreto nº 4377/02	<a href="https://bit.ly/3hXVIXa">https://bit.ly/3hXVIXa</a>	Violência	<p>Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto no 89.460, de 20 de março de 1984.</p>
2002	10421/02	<a href="https://bit.ly/2NpQyVJ">https://bit.ly/2NpQyVJ</a>	Trabalho	<p>Estende à mãe adotiva o direito à licença-maternidade e ao salário-maternidade, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991.</p>
2003	10710/03	<a href="https://bit.ly/2YvsEP9">https://bit.ly/2YvsEP9</a>	Salário maternidade	<p>Altera a Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, para restabelecer o pagamento, pela empresa, do salário-maternidade devido à segurada empregada gestante.</p>

2003	10714/03	<a href="https://bit.ly/2CwREwF">https://bit.ly/2CwREwF</a>	Violência	Autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher.
2003	10778/03	<a href="https://bit.ly/2Nri8Sx">https://bit.ly/2Nri8Sx</a>	Violência	Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados.
2003	10741/03	<a href="https://bit.ly/2B6yM7l">https://bit.ly/2B6yM7l</a>	Idosos	Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.
2003	10803/03	<a href="https://bit.ly/2A3PF2e">https://bit.ly/2A3PF2e</a>	Tráfico de pessoas	Altera o art. 149 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo.
2003	Portaria MS/MJ nº 1.777, de 9 de setembro de 2003	<a href="https://bit.ly/383Lfov">https://bit.ly/383Lfov</a>	Mulheres encarceradas	Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário.
2004	10886/04	<a href="https://bit.ly/2YtNgHv">https://bit.ly/2YtNgHv</a>	Violência	Acrescenta parágrafos ao art.

				129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, criando o tipo especial denominado "Violência Doméstica"
2004	Decreto nº 5017 de 2004	<a href="https://bit.ly/3dwia68">https://bit.ly/3dwia68</a>	Tráfico de pessoas	Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças.
2005	11106/05	<a href="https://bit.ly/2Vcq2nh">https://bit.ly/2Vcq2nh</a>	Violência/tráfico de pessoas	Altera os arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências.
2005	11108/05	<a href="https://bit.ly/2YwKfpX">https://bit.ly/2YwKfpX</a>	Saúde maternidade	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.
2006	11324/06	<a href="https://bit.ly/2BECaXi">https://bit.ly/2BECaXi</a>	Trabalho doméstico	

				<p>Altera dispositivos das Leis nº s 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.859, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivo da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.</p>
2006	11340/06	<a href="https://bit.ly/2Z5JFyd">https://bit.ly/2Z5JFyd</a>	Violência	<p>Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.</p>
2008	Decreto nº 6481/08	<a href="https://bit.ly/2Z5UNLB">https://bit.ly/2Z5UNLB</a>	Trabalho doméstico infantil	<p>Regulamenta os artigos 3o, alínea “d”, e 4o da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que</p>

				trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo no 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto no 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências.
2008	11770/98	<a href="https://bit.ly/3hV9Ksx">https://bit.ly/3hV9Ksx</a>	Trabalho	Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.
2009	12015/09	<a href="https://bit.ly/3fUujDw">https://bit.ly/3fUujDw</a>	Violência sexual	Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores.
2009	11942/09	<a href="https://bit.ly/2VgqSz8">https://bit.ly/2VgqSz8</a>	Mulheres encarceradas	Dá nova redação aos arts. 14, 83 e 89 da Lei no 7.210, de 11

				de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para assegurar às mães presas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência.
2009	12015/2009	<a href="https://bit.ly/2VgrjJM">https://bit.ly/2VgrjJM</a>	Violência	Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1o da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5o da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 1o de julho de 1954, que trata de corrupção de menores.
2009	Resolução CNPCP no 04, de 15 de julho de 2009	<a href="https://bit.ly/3fXX0zp">https://bit.ly/3fXX0zp</a>	Mulheres encarceradas	Disciplina a permanência dos filhos das presas em ambientes prisionais.
2010	Decreto Nº 7393 de dezembro de 2010	<a href="https://bit.ly/2BE9GNm">https://bit.ly/2BE9GNm</a>	Violência	Dispõe sobre a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180
2010	12227/10	<a href="https://bit.ly/31biXqF">https://bit.ly/31biXqF</a>	Informações	Cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher.
2010	12288/10	<a href="https://bit.ly/3ewaj01">https://bit.ly/3ewaj01</a>	Mulher negra	Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de

				janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.
2010	12313/10	<a href="https://bit.ly/2YYSV7q">https://bit.ly/2YYSV7q</a>	Mulheres encarceradas	Altera a Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para prever a assistência jurídica ao preso dentro do presídio e atribuir competências à Defensoria Pública.
2011	12435/11	<a href="https://bit.ly/2Z0cufA">https://bit.ly/2Z0cufA</a>	Violência	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.
2011	12403/11	<a href="https://bit.ly/2Vf1klZ">https://bit.ly/2Vf1klZ</a>	Mulheres encarceradas	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências.
2011	Resolução CNPCP nº 09, de 18 de novembro de 2011	<a href="https://bit.ly/2Z8Ctlf">https://bit.ly/2Z8Ctlf</a>	Mulheres encarceradas	Diretrizes Básicas para Arquitetura Penal.
2011	Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária -	<a href="https://bit.ly/2A0EhUP">https://bit.ly/2A0EhUP</a>	Mulheres encarceradas	Assistência pré-natal e a existência de espaços e serviços específicos para gestantes

CNPCP/MJ  
26/04/2011.

durante a gestação e no período de permanência dos filhos no ambiente carcerário (Medida 5).

Altera os arts. 21 e 24 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Custeio da Previdência Social, para estabelecer alíquota diferenciada de contribuição para

o microempreendedor individual e do segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente a família de baixa renda; altera os arts. 16, 72 e 77 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social, para incluir o filho ou o irmão que tenha deficiência intelectual ou mental como dependente e determinar o pagamento do salário-maternidade devido à empregada do microempreendedor individual diretamente pela Previdência Social; altera os arts. 20 e 21 e acrescenta o

2011 12470/2011

<https://bit.ly/2Bxs1LY>

Trabalho



				<p>art. 21-A à Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social, para alterar regras do benefício de prestação continuada da pessoa com deficiência; e acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 968 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para estabelecer trâmite especial e simplificado para o processo de abertura, registro, alteração e baixa do microempreendedor individual.</p>
2012	12737/12	<a href="https://bit.ly/2BF1FaA">https://bit.ly/2BF1FaA</a>	Violência cibernética informática	<p>Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências.</p>
2012	12650/12	<a href="https://bit.ly/3dxYtuK">https://bit.ly/3dxYtuK</a>	Violência sexual	<p>Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes.</p>
2012	Resolução CNPCP no 3, de	<a href="https://bit.ly/3ewhQpw">https://bit.ly/3ewhQpw</a>	Mulheres encarceradas	<p>Recomendação sobre o uso de algema.</p>

1 de junho de  
2012

2013	12845/13	<a href="https://bit.ly/3hVhD17">https://bit.ly/3hVhD17</a>	Violência sexual	Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.
2013	Decreto nº 8131/13	<a href="https://bit.ly/2ZjoHML">https://bit.ly/2ZjoHML</a>	Informações	Dispõe sobre o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher, instituído pela Lei nº 12.227, de 12 de abril de 2010.
2013	Emenda Constitucional nº 72 de 2013	<a href="https://bit.ly/31ekOey">https://bit.ly/31ekOey</a>	Trabalho doméstico	Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais.
2013	12812/13	<a href="https://bit.ly/2NpyStB">https://bit.ly/2NpyStB</a>	Trabalho	Acrescenta o art. 391-A à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a estabilidade provisória da gestante, prevista na alínea b do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

2014	12978/14	<a href="https://bit.ly/319Y1QY">https://bit.ly/319Y1QY</a>	Violência sexual	Altera o nome jurídico do art. 218-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e acrescenta inciso ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para classificar como hediondo o crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.
2014	12965/14	<a href="https://bit.ly/2Ve0s0S">https://bit.ly/2Ve0s0S</a>	Violência cibernética	Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.
2014	LC 146/14	<a href="https://bit.ly/2Z8lO01">https://bit.ly/2Z8lO01</a>	Trabalho	Estende a estabilidade provisória prevista na alínea b do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho.
2015	13104/15	<a href="https://bit.ly/31dtnpK">https://bit.ly/31dtnpK</a>	Violência	Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do

				crime de homicídio, e o art. 1o da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.
2015	13109/15	<a href="https://bit.ly/2Z290Ju">https://bit.ly/2Z290Ju</a>	Direitos trabalhistas	Dispõe sobre a licença à gestante e à adotante, as medidas de proteção à maternidade para militares grávidas e a licença-paternidade, no âmbito das Forças Armadas.
2015	13142/15	<a href="https://bit.ly/31brZ73">https://bit.ly/31brZ73</a>	Violência	Altera os arts. 121 e 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos).
2015	13239/15	<a href="https://bit.ly/2NmKi18">https://bit.ly/2NmKi18</a>	Violência	Dispõe sobre a oferta e a realização, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, de cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher.
2015	13165/15	<a href="https://bit.ly/31iPnij">https://bit.ly/31iPnij</a>	Mulher e política	Altera as Leis nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para

				reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina.
2015	LC 150/2015	<a href="https://bit.ly/31btX7r">https://bit.ly/31btX7r</a>	Trabalho doméstico	Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis no 8.212, de 24 de julho de 1991, no 8.213, de 24 de julho de 1991, e no 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3o da Lei no 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei no 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei no 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências.
2016	13363/16	<a href="https://bit.ly/2Z7LwT8">https://bit.ly/2Z7LwT8</a>	Direitos trabalhistas	Altera a Lei no 8.906, de 4 de julho de 1994, e a Lei no 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estipular direitos e garantias para a advogada gestante, lactante, adotante ou que der à luz e para o advogado que se tornar pai.
2016	13344/16	<a href="https://bit.ly/2Z2tkKV">https://bit.ly/2Z2tkKV</a>	Violência/tráfico de pessoas	

				Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).
2017	13505/17	<a href="https://bit.ly/3dtUHCN">https://bit.ly/3dtUHCN</a>	Violência	Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino.
2017	13445/17	<a href="https://bit.ly/37YVBGe">https://bit.ly/37YVBGe</a>	Mulheres imigrantes	Institui a Lei de Migração
2017	13488/17	<a href="https://bit.ly/3evQXlj">https://bit.ly/3evQXlj</a>	Mulher e política	Altera as Leis nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), 9.096, de 19 de

				<p>setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e revoga dispositivos da Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015 (Minirreforma Eleitoral de 2015), com o fim de promover reforma no ordenamento político-eleitoral.</p>
2017	13467/17	<a href="https://bit.ly/31dDv1K">https://bit.ly/31dDv1K</a>	Trabalho	<p>Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.</p>
2017	13509/17	<a href="https://bit.ly/2BE2JLT">https://bit.ly/2BE2JLT</a>	Trabalho	<p>Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).</p>
2018	13641/18	<a href="https://bit.ly/3hYh7iT">https://bit.ly/3hYh7iT</a>	Violência	<p>Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei</p>

2018	13718/18	<a href="https://bit.ly/3hVwclj">https://bit.ly/3hVwclj</a>	Violência cibernética	<p>Maria da Penha), para tipificar o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência.</p> <p>Esta Lei tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, torna pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelece causas de aumento de pena para esses crimes e define como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo.</p>
2018	13715/18	<a href="https://bit.ly/2B6Z4q3">https://bit.ly/2B6Z4q3</a>	Violência	<p>Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre hipóteses de perda do poder familiar pelo autor de determinados crimes contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar ou contra filho, filha ou outro descendente.</p>



2018	13771/18	<a href="https://bit.ly/2NnR7j3">https://bit.ly/2NnR7j3</a>	Violência	Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).
				Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para reconhecer que a violação da intimidade da mulher configura violência doméstica e familiar e para criminalizar o registro não autorizado de conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado.
2018	13772/2018	<a href="https://bit.ly/37WC0GE">https://bit.ly/37WC0GE</a>	Violência sexual	
				Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), as Leis nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para estabelecer a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar da mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência e para disciplinar o
2018	13769/18	<a href="https://bit.ly/2VfDN4y">https://bit.ly/2VfDN4y</a>	Mulher encarcerada	

				regime de cumprimento de pena privativa de liberdade de condenadas na mesma situação.
2018	Decreto nº 9440/18	<a href="https://bit.ly/2A3CZIE">https://bit.ly/2A3CZIE</a>	Tráfico de pessoas	Aprova o III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.
2019	13880/19	<a href="https://bit.ly/2Z9jN4y">https://bit.ly/2Z9jN4y</a>	Violência	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever a apreensão de arma de fogo sob posse de agressor em casos de violência doméstica, na forma em que especifica.
2019	13894/19	<a href="https://bit.ly/3eyf2ln">https://bit.ly/3eyf2ln</a>	Violência	Altera a Lei Maria da Penha para prever a competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento ou dissolução de união estável nos casos de violência e para tornar obrigatória a informação às vítimas acerca da possibilidade de os serviços de assistência judiciária ajuizarem as ações mencionadas; e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para prever a

competência do foro do domicílio da vítima de violência doméstica e familiar para a ação de divórcio, separação judicial, anulação de casamento e reconhecimento da união estável a ser dissolvida, para determinar a intervenção obrigatória do Ministério Público nas ações de família em que figure como parte vítima de violência doméstica e familiar, e para estabelecer a prioridade de tramitação dos procedimentos judiciais em que figure como parte vítima de violência doméstica e familiar.

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para autorizar, nas hipóteses que especifica, a aplicação de medida protetiva de urgência, pela autoridade judicial ou policial, à mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou a seus dependentes, e para determinar o registro da medida protetiva de urgência em banco de dados mantido pelo Conselho Nacional de Justiça.

2019

13827/19

<https://bit.ly/3hS6rCx>

Violência

2019	13882/19	<a href="https://bit.ly/2BxKk3E">https://bit.ly/2BxKk3E</a>	Violência	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir a matrícula dos dependentes da mulher vítima de violência doméstica e familiar em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio.
2019	13871/19	<a href="https://bit.ly/37YcGjv">https://bit.ly/37YcGjv</a>	Violência	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre a responsabilidade do agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de violência doméstica e familiar e aos dispositivos de segurança por elas utilizados.
2019	13836/19	<a href="https://bit.ly/2AVAcBP">https://bit.ly/2AVAcBP</a>	Violência	Acrescenta dispositivo ao art. 12 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para tornar obrigatória a informação sobre a condição de pessoa com deficiência da mulher vítima de agressão doméstica ou familiar.
2019	Decreto nº 9796/2019	<a href="https://bit.ly/2Z3xvGh">https://bit.ly/2Z3xvGh</a>	Tráfico de pessoas	Institui o Grupo Interministerial de Monitoramento e

				Avaliação para o monitoramento e avaliação do III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.
2019	12034/09	<a href="https://bit.ly/2Z7C8Pw">https://bit.ly/2Z7C8Pw</a>	Mulheres e política	Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral.
2019	13877/19	<a href="https://bit.ly/3dyiK3k">https://bit.ly/3dyiK3k</a>	Mulheres e política	Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995, 9.504, de 30 de setembro de 1997, 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), 13.831, de 17 de maio de 2019, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre regras aplicadas às eleições; revoga dispositivo da Lei nº 13.488, de 6 de outubro de 2017; e dá outras providências.
2019	13831/19	<a href="https://bit.ly/2B42aes">https://bit.ly/2B42aes</a>	Mulheres e política	Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), a fim de assegurar autonomia aos partidos políticos para definir o prazo de duração dos mandatos dos

				<p>membros dos seus órgãos partidários permanentes ou provisórios; e dá outras providências.</p>
2019	13798/19	<a href="https://bit.ly/2A11GFF">https://bit.ly/2A11GFF</a>	Maternidade Adolescência	<p>Acrescenta art. 8º-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência.</p>
2019	Decreto nº 10088/19	<a href="https://bit.ly/2Nnmudo">https://bit.ly/2Nnmudo</a>	Trabalho	<p>Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil.</p>
2020	13985/20	<a href="https://bit.ly/2Z2vqdC">https://bit.ly/2Z2vqdC</a>	Trabalho	<p>Constitui pensão especial destinada a crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus, nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2019, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC.)</p>